



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS CURITIBANOS
CURSO DE CIÊNCIAS RURAIS**

NÁDIA DA SILVA

**JUVENTUDE RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: diagnóstico da
situação da juventude rural na Comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer,
Curitibanos - SC**

CURITIBANOS/SC

Dezembro/2015

Nádia da Silva

JUVENTUDE RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: diagnóstico da
situação da juventude rural na Comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer,
Curitibanos - SC

Projeto apresentado como exigência parcial da disciplina Projetos em Ciências Rurais, do curso de Ciências Rurais, ministrado pelos professores Antônio Lunardi Neto e Joni Stolberg, sob orientação da professora Zilma Isabel Peixer.

CURITIBANOS/SC

Dezembro/2015

RESUMO

A agricultura familiar vem passando por diversas transformações, sendo que uma das principais dificuldades enfrentadas por esse setor produtivo refere-se à sucessão rural. O presente estudo será realizado tendo como base a comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer (Curitibanos/SC), na qual seus moradores foram atingidos pela construção da Hidroelétrica de Machadinho, sendo que os mesmos tiveram que deixar suas terras e foram realocados para esse novo local. Tal estudo visa a identificação das principais causas que levam os jovens dessa comunidade a permanecer no campo, analisando-se também as influências do processo de realocação das famílias na decisão dos jovens da comunidade pela permanência ou não na atividade rural. O interesse pelo tema se dá pelo fato da autora pertencer à comunidade do Reassentamento, tendo sua família passado pelo processo de realocação, e por preocupar-se com a continuidade da comunidade e das atividades agrícolas desenvolvidas. O estudo tem como objetivos: a) identificar o perfil dos jovens da comunidade; b) os principais motivos que levam os jovens a decidir pela permanência no campo e nas atividades econômicas familiares ou os que levaram alguns jovens a abandonarem o campo e a buscarem na cidade novas oportunidades; c) os desafios enfrentados na comunidade pelos agricultores familiares para que se garanta a sucessão rural e d) identificar se nas escolhas dos jovens a influência da trajetória familiar em reassentamento de barragem. Considera-se que entre as opções dos jovens estão: a) a saída do campo em busca de novas oportunidades de renda; b) o retorno ou a permanência no campo desfrutando da liberdade de horários e obtendo retorno econômico com a atividade rural e c) a saída do campo para exercer outras atividades, por não terem participação na gestão da propriedade e a inviabilidade para manutenção de mais de uma unidade familiar. A pesquisa será realizada através de entrevista com os moradores da comunidade para contextualizar a história do Reassentamento e também em forma de questionário para os jovens a fim de apontar suas perspectivas em relação ao futuro da comunidade. Espera-se com o presente estudo conhecer as premissas que levam os jovens a deixar a comunidade, as dificuldades que a comunidade enfrenta com a sucessão rural e se o fato de ser um Reassentamento influencia na decisão dos jovens a permanecer ou não no campo.

Palavras Chaves: Juventude Rural; Sucessão Rural; Reassentamento; Agricultura Familiar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA.....	7
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	8
3.1. Definindo o rural	8
3.2. Definindo juventude rural	9
3.3. Êxodo da juventude rural	11
3.4. Questão de gênero no meio rural	12
3.5. Agricultura Familiar	14
3.6. Contextualização do Reassentamento Novo Amanhecer	17
4. HIPÓTESES.....	21
5. OBJETIVOS.....	21
5.1. Geral	21
5.2. Específicos	22
6. METODOLOGIA	22
6.1. Coleta de Dados	22
6.2. Análise dos dados.....	24
7. RESULTADOS ESPERADOS.....	24
8. CRONOGRAMA	26
9. ORÇAMENTO.....	26
10. REFERÊNCIAS.....	27
APÊNDICES	32

1. INTRODUÇÃO

Dentre as dificuldades encontradas pela Agricultura Familiar estão os processos de continuidade e sucessão da unidade produtiva, bem como a formação de novas unidades produtivas. Muitos jovens não pretendem dar continuidade aos processos produtivos das propriedades em que seus pais vem trabalhando. Isso contribui para o êxodo rural, com implicações fortes na reprodução da agricultura familiar, e está atingindo os jovens de hoje com muito mais ênfase que em épocas anteriores (JUNIOR 2007 e ABRAMOVAY et al. 1998 apud TROIAN et al., 2009).

Evidencia-se que cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural entre 2000 e 2010, e torno de 1 milhão dessa população que migrou está situada nos grupos etários de crianças, adultos e idosos e cerca de 1 milhão são pessoas consideradas jovens, isto é, metade da migração do campo para a cidade é do grupo social etário considerado como jovens (Movimento Mulheres Camponesas MMC, 2013).

É nesse contexto que iremos desenvolver a pesquisa, que tem como objetivo identificar os fatores que levam os jovens da comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer a abandonar ou a permanecer no campo e dessa forma entender como está ocorrendo o processo de sucessão rural na comunidade e quais as perspectivas dos jovens filhos de agricultores familiares quanto à atividade agrícola. Nosso estudo sobre juventude rural tem como foco o espaço da agricultura familiar com trajetórias de vida vinculadas aos processos de reassentamento ocasionados pela construção de Usinas Hidroelétricas (UHE).

Podem ser encontrados diversos conceitos, construções e definições do que é ser jovem. Observa-se que essas definições variam de acordo com o espaço e as posições que os mesmos ocupam na sociedade, não sendo somente uma questão de faixa etária, idade cronológica ou de transição da infância para a fase adulta. Ser identificado como jovem, ou seja, estar nessa categoria social, representa um espaço de transição e de contradições, em muitos casos o jovem ainda é visto como uma figura de pouca confiança, mesmo que esses ocupem uma posição de destaque e de importância fundamental para a continuidade da agricultura familiar, camponesa e também dos movimentos sociais, tendo um papel de sucessores a esses espaços (CASTRO et al., 2009). Nesse sentido compreender os jovens e suas perspectivas/projetos de vida é fundamental para o delineamento de estratégias vinculadas à promoção da agricultura familiar.

A juventude rural está inserida no trabalho familiar, uma vez que essa inserção se caracteriza pela unidade de produção agrícola ter a propriedade e o trabalho inteiramente ligados à família. A agricultura familiar é bastante representativa no Brasil, pois 84% de todas as propriedades rurais do País são de agricultores familiares; tal forma de agricultura é responsável por empregar aproximadamente cinco milhões de famílias em todo o País. Alguns dados demonstram que a agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos consumidos e preserva 75% dos recursos agrícolas do planeta. “No Brasil a agricultura familiar é responsável pela maioria dos alimentos que chegam até a mesa da população, como por exemplo, o leite (58%), a mandioca (83%), o feijão (70%) e entre outros alimentos” (BRASIL; Ministério Desenvolvimento Agrário - MDA, 2010).

A questão da agricultura familiar e a sucessão econômica da unidade produtiva tornam-se complexas quando tratamos de situações de migração forçada, como as ocasionadas pelos processos de reassentamentos vinculados à construção de UHE.

Desde 1970 intensificou-se no Brasil a construção de barragens para atender a demanda por produção de energia elétrica. A construção de hidroelétricas a partir da década de 70, resultou na mudança de mais de 1 milhão de pessoas que foram atingidas de alguma maneira pelo represamento das águas, para novas áreas. Uma das formas de realocação das famílias atingidas é a construção de reassentamentos, que tem por objetivo realocar as famílias que sofreram algum impacto pela construção de hidroelétricas, para uma mesma área, de maneira que estas famílias atingidas que mantinham laços sentimentais e de produção entre si não os perdessem (FOSCHIERA et al., 2009).

“Esses empreendimentos visam à apropriação e reprodução do espaço sob a lógica economicista, desenvolvimentista e exploratória de recursos naturais, esquecendo ou desconsiderando as populações que vivem e possuem algum vínculo material ou sentimental com os locais onde serão construídas essas barragens” (SILVA et al., 2011). E os jovens nesse processo de desenraizamento familiar? E as famílias de agricultores reassentados, será que conseguem desenvolver estratégias de continuidade da unidade produtiva? Esse contexto é o pano de fundo deste trabalho.

Problema: Qual a expectativa dos jovens filhos de agricultores familiares, em uma comunidade de reassentamento por UHE, em relação à atividade agrícola e às percepções criadas sobre suas perspectivas profissionais e de vida no mundo rural? Assim interessa pesquisar que fatores levam o jovem a abandonar ou permanecer no campo, quais as estratégias de formação ou preparação profissional estes vêm desenvolvendo, como está

acontecendo os processos de sucessão rural na comunidade, e se existe alguma influência nessas decisões a trajetória de vida familiar em decorrência do reassentamento.

2. JUSTIFICATIVA

Este trabalho busca identificar quais são os principais motivos que levam os jovens reassentados a abandonar o campo, quais são seus anseios em relação ao seu futuro e ao futuro da família que continua no campo. Pode contribuir ainda para a identificação das causas e consequências da migração.

A pesquisa será realizada na localidade Novo Amanhecer. A comunidade é um reassentamento agrário resultante da relocação da população atingida pela UHE de Machadinho. Na Comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer há uma preocupação por parte dos moradores quanto à continuidade da atividade rural desenvolvida pelas famílias. Uma vez, que já se identifica na comunidade o desinteresse dos jovens em permanecer na área rural; a desmotivação dos jovens em permanecerem no campo e construir seu futuro como agricultores acaba fazendo com que seus pais se preocupem com o futuro da propriedade e com a continuidade do trabalho agrícola familiar.

Há uma proximidade pessoal com o tema, pois a família da autora deste teve suas terras alagadas pela UHE de Machadinho e seus familiares foram relocados na comunidade rural do Reassentamento Novo Amanhecer. A trajetória familiar e o vivenciar na comunidade demonstram que diversas famílias já estão enfrentando o problema de sucessão rural. A comunidade possui muitos jovens que ou passaram pelo processo de migração para os centros urbanos ou estão em fase de adaptação a esse processo, mas também tem jovens que optaram por permanecer no campo e construir um futuro através da agricultura familiar.

A pesquisa, sobre juventude rural, suas perspectivas e projetos de futuro com foco na agricultura familiar em comunidade reassentada por UHE, irá contribuir no entendimento desse fenômeno e no delineamento de possibilidades para a permanência dos jovens na área rural, no desenvolvimento e sucessão das atividades da agricultura familiar. Pretende-se contribuir com esse estudo no desvelar de causas que influenciam na sucessão da agricultura familiar e nas perspectivas para que os jovens verifiquem as oportunidades de viver e trabalhar no campo.

A pesquisa se revela importante ainda, pelo fato de trabalhar com jovens reassentados, que sofreram com o processo de “expulsão” das áreas onde residiam com suas famílias. Nos diversos estudos sobre efeitos sociais e econômicos na construção de UHE há poucos que levam em consideração os jovens reassentados, principalmente no que diz respeito às suas expectativas de vida e de trabalho no meio rural, foco central deste estudo.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Esse trabalho tem por objetivo entender como está ocorrendo o processo de sucessão rural na Comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer, conhecer ainda os motivos que levam os jovens agricultores familiares da comunidade a abandonar ou permanecer no campo. Para isso é necessário também compreender o que é o rural, quem são os jovens, como são definidos, as causas que estão levando os mesmos a migrarem do campo para cidade e as questões de gênero que são muito fortes no meio rural. Também é necessário o conhecimento sobre a importância da agricultura familiar que corre o risco de se extinguir devido ao fato de que não está ocorrendo o processo de sucessão nas propriedades agrícolas familiares. E como o pano de fundo para a realização desse trabalho tem-se uma comunidade reassentada, a pesquisa possibilitará como são formados os reassentamentos e como foi instituída a comunidade.

3.1. Definindo o rural

Em meados do século XX, a sociologia entendia e diferenciava o urbano e o rural estabelecendo uma conexão entre alguns elementos que caracterizavam o urbano. Levavam-se em consideração algumas variáveis ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, a homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social. Também era levada em consideração a mobilidade social, as migrações e os sistemas de integração social, os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço sem rupturas (QUEIROZ, 2012).

Segundo Abramovay (2003 apud Queiroz 2012) a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não-setorial. O rural passou a ser compreendido não só como uma base física na qual ocorrem as relações e ações sociais, econômicas e políticas, mas também como um espaço que resulta destas diferenças. E assim cada realidade apresenta configurações espaciais que demonstram que tipos de relações foram criadas e estabelecidas. A partir dessas percepções se permite chegar à conclusão de que o território é algo construído historicamente pela sociedade.

Hoje se pode perceber uma crescente aproximação entre o campo e a cidade; esta aproximação propõe à população rural o acesso ao conjunto de bens e serviços sociais disponíveis na cidade. Isso visa a integração entre os processos sociais rurais e à sociedade englobante; a partir do momento em que essas interações se intensificam entre os diferentes espaços sociais, passa-se então a se ter uma semelhança em termos de conduta e expectativas entre eles. Assim é elaborada a tese de um *continuum* entre o meio rural e o urbano, supondo que a passagem das comunidades rurais para urbanas realiza-se de forma gradual, isso significa que entre o rural e o urbano há uma continuidade (STROPASOLAS, 2006).

Mesmo quando as sociedades modernas atingem certa homogeneidade nos modos de vida (paridade social), as representações dos espaços rurais e urbanos ainda apresentam diferenças significativas, isso repercute diretamente sobre as identidades sociais, bem como, sobre as posições sociais de grupos e indivíduos, em ambos os espaços, tanto no campo como na cidade. No entanto, essas diferenças não se dão mais quanto ao acesso de bens materiais e sociais, que agora já são distribuídos de forma similar entre os habitantes do meio rural e os do meio urbano. As diferenças se manifestam no que se refere à identificação e reivindicação na vida cotidiana, de forma com que o rural se torna um ator coletivo inserido em um campo ampliado de trocas sociais (WANDERLEY, 2000 apud STROPASOLAS, 2006).

3.2. Definindo juventude rural

A abordagem teórica sobre juventude representa um desafio para muitos, pois essa categoria é considerada como socialmente problemática. Tal abordagem é vista como uma especialidade controversa ou uma temática abordada de viés, isto é, enquanto uma questão de família e de educação. A fronteira entre juventude e maturidade em todas as sociedades é um jogo de lutas, pois as divisões de classes por idade ou em gerações são

muito variáveis, uma vez que não são divisões prontas e sim construídas pela sociedade (BOURDIEU, 1984 apud STROPASOLAS, 2006).

Para Carneiro e Castro (2007) a juventude pode ser definida como sendo:

“...um ciclo de vida, caracterizado como um período de transição entre a infância e a idade adulta. Culturalmente determinada, a demarcação desta etapa de vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária”.

Conforme Guigou (1968 apud Sidegum 2011) quando se conceitua o “jovem rural” esse pode ser entendido como sendo algo além de uma fase de transição, sendo dessa forma possível propor várias tipificações aos “jovens” que residem no meio rural, dentre essas se pode citar a existência de jovens rurais-agrícolas, estes se referem àqueles que vivem e trabalham no campo, e um segundo grupo na classificação proposta é de operários rurais, ou seja, aqueles que trabalham na cidade, mas residem no meio rural.

Por isso o critério etário não se faz suficiente para definir os jovens rurais, para tal definição se faz necessário pensar também na noção de pertencimento e analisar as relações construídas pelos jovens para com a sociedade mais ampla. Após serem analisados todos estes pontos pode-se então se entender as continuidades e descontinuidades na formação da noção de ser jovem no campo e do campo (GUIGOU 1968 apud SIDEGUM 2011).

Contudo Weisheimer (2005 apud Sidegum 2011) apresenta cinco abordagens para a formulação do conceito juventude rural; as definições abordadas são: faixa etária, ciclo de vida, geração, cultura ou modo de vida e também a representação social. Sendo a abordagem de faixa etária compreendida como um critério de idade, o ciclo de vida entendido como um período de transição, em que se tem a preparação para o mercado de trabalho esse período também é marcado pelo início da puberdade, a abordagem geracional citada apresenta as questões que se referem à transmissão e adaptação da herança cultural. Já a abordagem de modo de vida está ligada ao fato de como a expressão da cultura em massa se apresenta e a representação social se refere à atribuição que estabelece quem é ou não pertencente a determinado grupo social, no caso quem é ou não jovem para determinada cultura e sociedade.

Podemos ver que muitos autores não enfatizam juventude como sendo apenas uma faixa etária, mas sim como uma categoria social que hoje é prejudicada na sua relação com o trabalho e com as políticas de inclusão social. Considera-se também que as novas formas de socialização como as das escolas, não chegam a corresponder à demanda cada

vez maior da massa de jovens que têm a necessidade da formação para o ingresso no mercado de trabalho e para enfrentar os desafios dos meios de produção. “Nesse âmbito coloca-se também em relevo uma inadequação entre as expectativas dos jovens quanto às atitudes face à família e à sexualidade. Nesse sentido quando se questiona sobre o lugar dos jovens é também perguntar em que tipo de sociedade civil e política os mesmos se encaixam e qual dessas irá acolhê-los” (STROPASOLAS, 2006).

3.3. Êxodo da juventude rural

Em uma faixa etária entre 15 a 24 anos os jovens brasileiros somam um total de 34,1 milhões de pessoas, isso corresponde a 20,1% da população do país, deste total de jovens 5,9 milhões residem em áreas rurais totalizando 17,3% dos jovens brasileiros. Porém alguns indicadores apontam que cada vez mais os jovens vêm trocando o campo pela cidade, isso pode acabar trazendo problemas para o futuro da juventude rural no Brasil, como por exemplo, a sobrecarga do mercado de trabalho na zona urbana, o desaparecimento da agricultura familiar, a falta de mão-de-obra no campo e entre outros (CARVALHO et al., 2009).

A evasão dos jovens do campo para a cidade na atualidade é extremamente preocupante devido à importância dos mesmos no meio rural, pois os jovens são elementos fundamentais para a sucessão familiar e para a continuidade das atividades agrícolas; essa evasão de jovens traz principalmente como consequências a masculinização e o envelhecimento dos espaços rurais (ZÓTIS, 2011).

Segundo Mocelin (2009 apud Coelho 2013), “o processo de tecnificação do meio rural, fez com que a partir de 1970 ocorresse a descapitalização no campo e principalmente da agricultura familiar, causando assim instabilidade e falta de recursos nas famílias para acompanhar e incorporar as novas tecnologias que surgiam para a agricultura”. Essas tecnologias acabaram fazendo com que o campo parecesse estar com um excesso populacional e também acabou por proporcionar poucas alternativas de trabalho no campo para os jovens, induzindo os mesmos a saírem do meio rural e buscar novas alternativas de trabalho e sobrevivência nas cidades.

Outro problema que limita a permanência dos jovens no campo são as visões contratantes entre os membros do grupo familiar, isso acaba provocando conflitos entre as gerações no âmbito da agricultura familiar. De modo geral os principais conflitos

intergeracionais se revelam no modelo de gestão da propriedade centralizado no pai que é o chefe da família; existe uma resistência por parte dos pais em aceitar ideias e inovações sugeridas pelos(as) filhos(as). Por conta dessa impossibilidade de os jovens desenvolverem suas ideias e projetos nas atividades produtivas da propriedade, na pouca participação destes nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar, na falta de autonomia financeira dos filhos e principalmente das filhas e também na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial que é permitida às filhas é que muitos dos jovens desistem de continuar no meio rural, ajudando na propriedade familiar (STROPASOLAS, 2011).

Para Zóti (2011) “existem muitas dificuldades encontradas pelos jovens rurais, e essas dificuldades muitas vezes fazem com que os mesmos desistam de viver no meio rural”. Dentre essas se destacam as poucas opções de lazer existentes no campo, o baixo rendimento do setor primário, o preconceito sofrido por serem jovens agricultores e os poucos investimentos e apoio à agricultura familiar no país.

Os jovens do meio rural em gerações passadas construíram suas experiências em espaços sociais mais restritos, já os das atuais gerações estão cada vez mais ligados no campo de relações sociais e culturais mais amplos, o que possibilita a esses jovens repensarem suas identidades e suas relações pessoais e muitas vezes isso os leva a abandonarem o espaço rural (PEREIRA 2004 apud TROIAN et al., 2009).

Todos os jovens almejam ser alguém na vida, para isso os parâmetros que se apresentam podem estar associados a ter um salário mensal, somando ainda alguns benefícios que podem ser decorrentes dessa situação. Desta forma consideram que o trabalho no meio rural não contempla as mesmas vantagens que um trabalho fixo de ganho mensal, pois quando se trabalha empregado sabe-se o que vai receber no final do mês, diferentemente do meio rural em que se trabalha com incertezas de produção, de ganho e de gastos (ZÓTIS, 2011).

3.4. Questão de gênero no meio rural

A noção de “gênero” está inteiramente relacionada à cultura, sendo formadora e formada por ela, ou seja, é a forma como a sociedade vê e trata as diferenças entre os sexos. As diferenças entre homens e mulheres resultam de ações da cultura que domina tal sociedade sobre os comportamentos diferentes entre homens e mulheres. “Dessa

maneira o conceito de gênero questiona o que é entendido como natural e biológico, demonstrando dessa forma que o papel da mulher pode sim ser alterado e trazer benefícios para todos” (SANTOS, 2002 apud SILVA et al., 2010).

A questão de gênero se intensifica quando se olha para o meio rural, pois nesse espaço as diferenças entre homens e mulheres são muito fortes. Algumas pesquisas apontam que entre os jovens rurais há uma predominância de moças entre os que deixam o meio rural e isso acaba provocando a masculinização do campo. Da mesma forma em que existem diferenças entre rapazes e moças nos processos de socialização e na inserção nas atividades agrícolas, eles e elas também se diferenciam nas representações sobre a vida no meio rural, sendo as moças as mais críticas e com posição mais negativa do que os rapazes. Essa posição mais crítica das moças em relação aos rapazes se dá por conta da invisibilidade do trabalho realizado pelas mesmas e também pelo pouco espaço destinado às mesmas na atividade agrícola comercial, na qual são consideradas apenas como auxiliares dos homens (CARNEIRO e CASTRO, 2007).

Devido ao grande número de filhos e à pouca quantidade de terras que os pais possuíam os mesmos utilizavam de uma estratégia para a “divisão” da herança. Tal estratégia consistia na exclusão das filhas ao direito à herança, neste sentido a mulher não herdaria terras, porque quando a mesma se casasse faria parte de outra família, dessa forma a mulher só teria acesso à terra quando se casasse (STRAPASOLAS, 2006).

As escolhas de pais e filhos(as) quanto as estratégias de futuro na propriedade rural, muitas vezes acaba gerando conflitos. No quadro dessas tensões devem-se considerar as diferentes perspectivas entre homens e mulheres, pois o interesse das filhas mulheres em permanecer no meio rural se estreita cada vez mais, isso se dá devido ao fato da ampla exclusão das mesmas no direito à herança como já citado anteriormente, mas também pelo fato da dupla jornada de trabalho enfrentada por elas e pela pouca valorização do seu trabalho no meio produtivo (STRAPASOLAS, 2011).

Segundo Strapasolas (2011) é notável o fato de a organização do trabalho na agricultura familiar ser marcado pelo viés de gênero. Uma vez que aos homens são destinados o espaço de produção e gestão da propriedade, enquanto as mulheres não são estimuladas e nem preparadas para desenvolver e se interessar por estas questões. Dessa forma as moças do meio rural aceitam como natural o fato de ser um irmão o sucessor da propriedade. A desvinculação de permanecer no campo se intensifica por parte das mulheres devido ao fato de que elas não partilharão do direito à herança da terra, isso de

certa forma faz com que pensem que não têm o compromisso de permanecer na propriedade.

3.5. Agricultura Familiar

Segundo Kerber (2007) em 1964 o modelo de desenvolvimento adotado para o campo passou a classificar os agricultores em pequenos, médios e grandes; tal classificação levava em consideração a quantidade de terras e a produção de cada agricultor. Nesse contexto os camponeses passaram a serem chamados de pequenos produtores.

No Brasil a agricultura familiar sofreu fortes influências das origens coloniais, da economia e da sociedade tendo como os três principais pilares a grande propriedade, as monoculturas de exportação e o trabalho escravo. Por mais que a agricultura familiar apresentasse grande importância historicamente, este setor foi simplesmente excluído das políticas públicas, pois os recursos estatais eram destinados para as grandes propriedades monoculturas de produtos direcionados basicamente para a exportação. Deste modo os estímulos recebidos por parte do Estado asseguraram a expansão e modernização da grande propriedade monocultora, fazendo assim com que a agricultura familiar ocupasse um lugar minoritário quase inexistente na sociedade (SOUZA-ESQUERDO et al., 2014).

Na década de 90, quando houve novamente a inserção da reforma agrária na agenda política e ocorreu então a criação de diversos projetos de assentamentos e também a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que veio representando a primeira política federal de abrangência nacional voltada única e exclusivamente para os produtores familiares, é que o termo agricultura familiar se consolida e se difunde por toda a sociedade (KERBER, 2007).

A partir daí segundo Silva et al. (2009) as discussões sobre a importância da agricultura familiar na sociedade contemporânea ganharam novo fôlego, proporcionando um ambiente favorável para esse debate da importância da produção familiar para a agricultura, bem como, para a sociedade. Com isso surge a necessidade da redistribuição da propriedade fundiária e da renda, propiciando também o entendimento das estratégias de reprodução, resistências e potencialidades do meio de produção familiar.

A agricultura familiar é uma atividade amplamente heterogênea, tanto quando se fala da disponibilidade de recursos, como também ao acesso ao mercado, à capacidade de geração de renda e à acumulação. A área média dos estabelecimentos familiares por

produtor é de aproximadamente 26 ha, no entanto, esse tamanho médio pode variar de região para região. A renda total dos agricultores familiares também varia muito, quando comparadas regiões e até mesmo entre estabelecimentos (BUAINAIN, 2003).

A não distribuição de terras de forma igualitária e justa é o traço mais marcante e também a principal distorção da estrutura fundiária no Brasil. Pois entre os agricultores familiares há números significativos de proprietários que possuem propriedades com menos de 5 ha de terra, tamanho que dificulta e muitas vezes acaba inviabilizando a exploração sustentável dos estabelecimentos agropecuários. Isso acaba por excluir atividades de subsistência das famílias, fazendo assim com que a sustentabilidade das pequenas propriedades fique cada vez mais condicionada à inserção de determinadas cadeias produtivas, pela localização econômica e também pelo grau de capitalização (BUAINAIN, 2003).

A produção de modo familiar tem significativa importância na promoção de empregos, na produção de alimentos principalmente os direcionados para o auto-consumo, ou seja, essa forma de produção tem um foco mais voltado para as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista uma menor produtividade e um menor emprego de tecnologias. No entanto, a produção familiar é um fator importantíssimo na redução do êxodo rural e também como fonte de recursos para agricultores de baixa renda, a produção familiar também contribui para a acumulação de riqueza, mas não considerando só a economia do setor agropecuário e sim a de todo o país (SOUZA-ESQUERDO et al., 2014).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE (2006):

Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, e a dos não familiares, de 309,18 ha.

Segundo Queiroz (2012) ao se analisar as regiões brasileiras é possível notar que no Sul, Norte e Nordeste há um predomínio absoluto dos estabelecimentos comandados pelo sistema de produção familiar em detrimento ao sistema de produção patronal. Dos 4.367.902 estabelecimentos familiares espalhados pelo Brasil 3.037.292 estão presentes nas regiões Sul e Nordeste, ou seja, aproximadamente 70% dos estabelecimentos familiares do país estão concentrados nestas duas regiões.

A grandiosidade e importância da agricultura familiar brasileira não se expressa somente no número de estabelecimentos; estes produtores conseguem altos índices de produtividade, com a pequena porção de terras que possuem. Mesmo não considerando a produção para autoconsumo, intra-consumo, a distribuição não mercantil e não monetária da produção e também não levando em consideração propriedades muito pequenas de minifúndios, os quase 85% de estabelecimentos agropecuários familiares, que dispõem de uma pequena quantidade de terras, e que fazem uso de apenas 25% dos financiamentos públicos destinados a este setor, produzem aproximadamente 38% da produção agrícola nacional (QUEIROZ, 2012).

Segundo França et al. (2009) da área de 80,25 milhões de hectares que a agricultura familiar ocupa no país 45% são destinados a pastagens, outros 28% para áreas com matas, florestas ou sistemas agroflorestais e 22% da área é destinada para lavouras. Já na agricultura não familiar seguindo a mesma ordem, mas com uma participação de pastagens e matas e/ou florestas é um pouco maior (49% e 28% respectivamente), enquanto a área destinada para lavouras é menor (17%). Destaca-se também a participação das matas destinadas à preservação permanente ou reserva legal de aproximadamente 10% em média nos estabelecimentos familiares e de outros 13% de áreas utilizadas como florestas naturais.

Apesar de a agricultura familiar cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares respectivamente), esta é responsável por garantir a segurança alimentar do país, pois a agricultura familiar é uma importante fornecedora de alimentos que serão consumidos internamente, enquanto a agricultura não familiar ou convencional produz basicamente *commodities* destinadas para a exportação (FRANÇA et al., 2009).

Em Santa Catarina segundo o Censo Agropecuário de 2006 se tem 168.544 estabelecimentos de produção familiar, esse número corresponde a 87% dos estabelecimentos rurais de todo o estado; estes estabelecimentos ocupam uma área no estado de 2.645.088 ha. A agricultura familiar é responsável por: 79% da produção de feijão preto, 77% da produção de milho, 65% criação de bovinos, 87% da produção de leite, 68% da criação de aves e 67% da criação de suínos no estado (FRANÇA et al., 2009).

No território do Planalto Catarinense é que está situado o município de Curitibaanos que será palco do estudo proposto neste trabalho. O processo de ocupação do território que hoje conhecemos como Planalto Catarinense foi o que determinou a atual

estrutura fundiária do mesmo; o território apresenta 6.692 estabelecimentos agropecuários, sendo que desses 5.337 (79,8%) são de produção familiar e os outros 1.335 (20,2%) são estabelecimentos de produção do sistema patronal. Essa quantidade de estabelecimentos patronais se encontra acima da proporção encontrada no estado que é de 13% e também fica acima da encontrada para o Brasil que fica em torno de 15% (BRASIL; MDA/SDT, 2010).

Dos municípios que compõem o Planalto Catarinense Curitiba se encontra em segundo lugar no quesito de número de agricultores familiares. O município conta com aproximadamente 778 estabelecimentos de produção familiar. No território do Planalto Catarinense as culturas que mais se destacam na produção familiar são o feijão, o fumo, o alho e a pecuária leiteira. O município de Curitiba ganha destaque quanto à produção de feijão e também juntamente com o município de Frei Rogério ganha destaque em quantidade de área plantada com a cultura do alho. “Quanto à pecuária leiteira o território possui grande relevância no setor; alguns dados apontam que a produção de leite no território chega a 36.439 mil litros e em um valor total de R\$ 21.461 mil reais, e boa parte dessa produção provém de estabelecimentos de agricultores familiares” (BRASIL; MDA/SDT, 2010).

3.6. Contextualização do Reassentamento Novo Amanhecer

Os impactos causados pela construção de barragens sejam elas pequenas ou grandes são muitos, dentre estes podemos citar: a inundação da área do reservatório que acaba por acarretar graves impactos ambientais como a perda da fauna e da flora presente no local do alagamento, a contaminação da água comprometendo o ciclo de vida de várias espécies que habitavam aquela área e acaba também ocasionando a emissão de gases poluentes como o metano e o gás carbônico devido à decomposição da matéria orgânica que fica retida embaixo do reservatório (VIANA, 2003).

Porém um dos mais graves se não o mais grave impacto causado pela construção de barragens é o impacto social, aquele que atinge a população que reside próxima ao local onde será construída a barragem e que tem seus terrenos inundados. Acaba também afetando as populações a montante e a jusante da barragem. Nos últimos sessenta anos os responsáveis pela construção das barragens, acabaram por expulsar de suas terras dezenas de milhões de pessoas, dentre estas, pequenos agricultores, tribos indígenas e outras minorias étnicas (VIANA, 2003).

Devido a todos esses impactos gerados pela construção das barragens, e principalmente pelos impactos sociais que essas trouxeram para a população fez com que na década de 70 nos locais nos quais se tinha a proposta da construção de uma barragem ou esta já se encontrava em construção, as famílias que seriam atingidas começaram a se organizar para reivindicarem seus direitos; com isso surge o que conhecemos hoje como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (FOSCHIER et al., 2009).

O MAB se tornou um movimento popular que tem por objetivo organizar as famílias afetadas ou ameaçadas por barragens para lutarem contra a construção de grandes barragens e pela garantia do direito de indenização das famílias atingidas, promovendo a articulação dos interesses dos atingidos frente às empresas, autoridades, Estado e todas as outras entidades que estiverem ligadas a construção de hidrelétricas (FOSCHIERA et al., 2009).

Com o auxílio do MAB são realizadas negociações para a realocação das famílias atingidas, e uma das principais formas de realocação que se propõe é a indenização na forma de reassentamentos. Essa forma de realocação das famílias atingidas pelo represamento das águas proporciona com que os laços sociais estabelecidos na comunidade não se percam. Dessa forma os reassentamentos deveriam ser modelados para que as famílias que moravam próximas umas das outras antes da construção da barragem não perdessem seus vínculos afetivos e produtivos que mantinham entre si (COCA, 2013).

A partir dessa proposta a empresa construtora da barragem procura um local para que possa realocar determinado número de pessoas. Caso os atingidos aprovem esse local para a construção do reassentamento a empresa então compra a área para a realocação das famílias. A área é dividida em lotes iguais e cada família recebe uma determinada quantidade de terras, cada lote já possuindo 20% de reserva legal. Esses lotes nem sempre correspondem com o tamanho dos terrenos que os atingidos possuíam anteriormente no local onde a barragem foi construída. Cada família também teria direito a uma casa, com água, luz e fossas instaladas. Porém essas casas e lotes eram construídas e distribuídos de forma padrão sem levar em consideração a quantidade de integrantes de cada família, o que por muitas vezes causa problemas nas famílias que possuem maior número de pessoas. Nesse espaço do reassentamento teria um local, um lote que seria destinado para a construção de um espaço religioso e de lazer para as famílias (COCA, 2013).

No entanto a realocação dos atingidos na forma de reassentamentos não ocorre sem que antes haja muita luta e manifestações. Pois esses não aceitam sair de forma

compulsória do lugar onde nasceram, foram criados e constituíram suas famílias, deixando para trás suas histórias, seus costumes e suas tradições, recebendo muitas vezes bem menos do que possuíam (FOSCHIERA et al., 2009).

Em um desses reassentamentos que foi conquistado com muito esforço e luta é que se fará o proposto estudo. Tal estudo será realizado na comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer no município de Curitibanos – SC. “Em 22 de julho de 2002 foi comprada a área para a realocação das famílias que lutaram por esse direito, a área foi paga em março de 2003, a partir daí se teve início a uma nova comunidade, a comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer” (EHRHARDT, 2012).

O Reassentamento é constituído por famílias dos municípios de Maximiliano de Almeida, Machadinho e Barracão ambos do Rio Grande do Sul e também fazem parte famílias dos municípios de Piratuba, Capinzal e Zortéa estes do estado de Santa Catarina, sendo todas estas famílias atingidas pela construção da hidroelétrica de Machadinho – RS (EHRHARDT, 2012).

Aproximadamente dois meses após o pagamento da área, a comunidade recebeu seu primeiro morador o senhor Amarildo da Silva, o mesmo chegou com sua família para residir no local em 05 de maio deste mesmo ano, e que veio morar no local para cuidar dos materiais de construção que estavam chegando para dar início à construção das casas. A partir de sua chegada foram chegando outras famílias que construíram barracos sobre seus terrenos e que vieram para ajudar na construção das casas, pois aonde estes residiam já teria sido alagado pela barragem e estes não teriam mais como se sustentar em seus antigos terrenos (EHRHARDT, 2012).

O senhor Amarildo conta que no início o reassentamento continha setenta e dois lotes, então teriam setenta e duas famílias que deveriam vir residir na comunidade, no entanto, muitas dessas famílias nunca vieram morar no local que conquistaram. Algumas venderam o terreno, outras permutaram a área com outros futuros moradores que foram beneficiados, mas que não haviam perdido o terreno onde residiam (atingidos indiretamente) e algumas arrendaram suas terras. Nem todas as famílias que tiveram o direito ao reassentamento desfrutaram desta conquista, por conta disso em alguns terrenos em que os proprietários não vieram morar não foram construídas as casas (SILVA, 2015).

Segundo Ehrhardt (2012) “a partir de julho de 2003 se deu início a construção das casas; juntamente com as casas era construída também a rede de energia elétrica; a construção da rede de luz foi realizada por meio do programa “Luz para Todos” do governo federal”. Porém nem tudo corria às mil maravilhas. No ano de 2004 a empresa

construtora da barragem que era responsável pela construção das casas suspendeu a liberação de recursos para a continuação das obras. Com isso muitas famílias que estavam à espera do término das casas para se mudarem acabaram vindo para o reassentamento e fazendo barracos e pequenas casinhas de madeira próximos as suas casas que se encontravam inacabadas. Depois de muita negociação a empresa retorna a fornecer recursos para as construções, contudo algumas casas ficaram inacabadas e o aparelho comunitário que a empresa deveria construir no reassentamento também ficou sem ser construído.

Seu Amarildo conta que a suspensão dos recursos se deu pelo fato de que mais da metade das famílias que foram beneficiadas pelo reassentamento não queriam mais que o mesmo fosse construído naquele local, e que se teve todo um trabalho na justiça para que as obras recomeçassem e as famílias aceitassem a área, que já estava comprada e que anteriormente todos haviam aprovado (SILVA, 2015).

Com a colaboração das famílias que residiam na comunidade em 2004 foi construída uma pequena capela de 4 m x 4 m, essa não tinha um único interesse de rezar ou fazer orações, mas ela se fez necessária para que a luz pudesse ser instalada no local onde futuramente teria uma igreja e um pavilhão para a realização de festas e divertimentos para a comunidade (EHRHARDT, 2012).

Seu Amarildo relata que conforme iam tendo recursos as famílias foram terminando suas casas e fazendo as devidas modificações que desejavam nas mesmas, e que depois de muito tempo a comunidade recebeu também um poço artesiano que abastece todas as famílias com água de qualidade e com um preço acessível. Hoje segundo ele as famílias que ali residem possuem uma boa estrutura de vida, com casas, luz, água e fossas instaladas. Conta ainda que neste ano de 2015 a comunidade inaugura finalmente a sua igreja, pois antes os cultos e missas eram realizados no pavilhão da comunidade, e que só agora a comunidade conseguiu juntar recursos para a construção de uma igreja (SILVA, 2015).

Diz Amarildo que “Hoje a comunidade conta com 35 famílias, nem todas são as que foram atingidas pela barragem, mas que acabaram comprando terrenos de pessoas que vieram e foram embora ou que nem chegaram a vir”. Relata ainda que cada lote tem em média 14 ha, e que todos os lotes possuem uma área de preservação ambiental em comum e que a maioria das famílias que residem no reassentamento tem como principal fonte de renda a produção leiteira, mas também são cultivados na comunidade milho, soja, arroz, mandioca, alho e outros produtos que são voltados para a subsistência e

consumo familiar. Seu Amarildo fala que muitos dos que residem na comunidade são aposentados por idade e já não possuem nenhuma atividade agrícola e acabam por arrendar suas terras por falta de mão-de-obra familiar e jovem para continuar as atividades na propriedade (SILVA, 2015).

4. HIPÓTESES

- A- Os jovens deixam a comunidade por não terem expectativas futuras de obterem bons resultados econômicos e sociais por meio da atividade agrícola familiar e pela dificuldades criadas pelo reassentamento, acreditando que a saída do campo para trabalhar em outras atividades que são remuneradas regularmente possa lhes oferecer maiores vantagens.

- B- Os jovens permanecem ou querem retornar à vida no campo por entenderem que existem formas de se obter bons resultados econômicos e sociais através do trabalho na agricultura familiar e da permanência no campo, desfrutando da liberdade de horários, produzindo alimentos para subsistência e usufruindo das vantagens de se viver no campo próximo à natureza.

- C- Os jovens buscam alternativas profissionais fora da atividade agrícola dos pais em função das dificuldades em inserir-se profissionalmente na área sob gestão dos pais, ou da inviabilidade econômica da propriedade para manutenção de mais de uma unidade familiar.

5. OBJETIVOS

5.1. Geral

- Identificar e contextualizar os fatores que levam os jovens do Reassentamento Novo Amanhecer (Curitibanos/SC) a permanecer no campo, enfocando suas dificuldades e perspectivas em relação à vida no campo e às dificuldades da sucessão na agricultura familiar na Comunidade.

5.2. Específicos

- Identificar o perfil dos jovens da comunidade estudada;
- Levantar os principais motivos que levam os jovens da comunidade a decidir pela permanência no campo e nas atividades econômicas familiares;
- Identificar os principais motivos que levaram alguns jovens da comunidade a abandonarem o campo e a buscarem na cidade novas oportunidades;
- Delinear os principais desafios enfrentados na comunidade pelos agricultores familiares para que se garanta a sucessão rural;
- Identificar entre os jovens e suas escolhas a influência da trajetória familiar em reassentamento de barragem.

6. METODOLOGIA

O estudo será realizado na comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer, localizado no interior do município de Curitibanos situado no Planalto de Santa Catarina.

Em tal comunidade será realizado um levantamento sobre a história do Reassentamento Novo Amanhecer (Curitibanos/SC), apresentando dados relativos à formação da comunidade, suas especificidades, descrevendo a forma de trabalho da mesma, a relação e formação das famílias, problemas enfrentados, e dados referentes à sucessão rural e às ações que estão sendo desenvolvidas com a intenção de amenizar o problema.

Utilizar-se-á a pesquisa descritiva, pois tem por objetivo descrever as características da comunidade, sua história, formação, meios de produção, ideologias, dificuldades e dados referentes aos jovens que nela vivem, número, idade e sexo, para obter um perfil desses.

6.1. Coleta de Dados

A contextualização da comunidade será feita a partir de entrevistas realizadas a campo com os primeiros moradores da comunidade que acompanharam desde o início o desenvolvimento da mesma; o roteiro que será utilizado para as entrevistas está representado no **Apêndice 1**, permitindo assim entender o processo de formação e de

construção da comunidade, bem como demonstrar as dificuldades enfrentadas pelas famílias no estabelecimento do reassentamento.

Essa contextualização da comunidade possui também um cunho de preocupação com a preservação e manutenção da história da comunidade. Tem-se a preocupação de registrar o histórico da comunidade de momentos importantes na articulação e constituição da localidade.

A coleta dos dados referentes à pesquisa com os jovens será na forma de questionário aplicado a uma amostra de jovens que permanecem e pretendem dar continuidade à atividade rural, e outra com jovens que viviam na comunidade, mas saíram ou desenvolvem outras atividades fora da comunidade. O questionário que será aplicado aos jovens se encontra no **Apêndice 2**.

Tal estudo envolverá pesquisa de campo, buscando levantar dados de todo o processo, que se estende desde a organização da propriedade, relações familiares, problemas enfrentados, formas de lazer, acesso aos meios de comunicação e outros fatores que possam contribuir para o entendimento dos processos de decisão sobre permanecer ou sair da comunidade e da atividade rural. O questionário será composto por perguntas fechadas, de forma que se obtenham percentuais relativos aos principais tópicos abordados na pesquisa, mas também levando em consideração a opinião dos jovens pesquisados.

A coleta dos dados será feita levando-se em consideração a população de jovens que moravam e ainda moram na comunidade no período de 2008 a 2015. Os jovens serão divididos para a realização da pesquisa em dois grupos: um grupo de jovens que permanece na comunidade e outro de jovens que saíram da comunidade; ambos os grupos serão compostos por 10 jovens. Para isso será necessário um levantamento junto às famílias reassentadas para identificar o número de jovens e crianças que residiam com os pais no período de formação dessa comunidade (2008) e os que residem atualmente (2015). Não serão consideradas para análise as famílias que ingressaram nessa comunidade a partir de 2012, prezando pela homogeneidade dos resultados e prezando pelas características iniciais das famílias que conquistaram a posse da terra nesse local.

A classificação dos jovens será feita a partir do quesito faixa etária, portanto serão considerados jovens neste contexto os que tem idade entre 15 e 24 anos. Essa classificação por faixa etária se dá pelo fato de que os censos realizados no país consideram jovens os que tem essa faixa etária de idade (15 a 24 anos). Importante salientar que nessa categoria incluem-se três subdivisões, dependendo do instituto de análise: i) a adolescência: que

conforme definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) situa-se entre 10 e 19 anos (*adolescentes*); ii) jovens, que conforme definição da Organização das Nações Unidas (ONU) situa-se entre 15 e 24 anos (*youth*); iii) jovens adultos para englobar a faixa etária de 20 a 24 anos de idade (*young adults*). Esses critérios são usados principalmente para fins estatísticos e políticos (EISENSTEIN, 2005).

Para que os dados pesquisados possam ser utilizados e demonstrados de forma pública os que responderem ao questionário e os que forem entrevistados assinarão um termo de autorização (Apêndice 3) para o uso e divulgação do conteúdo disponibilizado pelos mesmos.

6.2. Análise dos dados

Leva-se em consideração que a análise dos dados utilizará uma estratégia quantitativa que visa a análise de dados numéricos. Quantitativa porque se pretende levantar percentuais relativos à saída do jovem do campo e seus motivos para isso. Os dados quantitativos tomarão forma numérica, expressando estatisticamente as variáveis pesquisadas, foco do objetivo de pesquisa. Para melhor ilustrar tais dados serão apresentados de forma gráfica em percentual, considerando sempre a totalidade da amostra pesquisada.

Gil (2002, p. 126) refere-se à interpretação de dados como:

“[...] na análise de dados há necessidade de cálculos estatísticos. Em todos os levantamentos, há que se calcular percentagem, médias, correlações etc. esses procedimentos estão intimamente relacionados com os objetivos da pesquisa. Por tal razão, não há como deixar de considerá-los quando ocorrer seu planejamento.”

A pesquisa com os jovens será analisada usando-se de cálculos de porcentagem, já que o questionário será realizado a partir de questões fechadas.

7. RESULTADOS ESPERADOS

A partir desse estudo se espera conhecer quais os principais motivos que levaram e levam muitos dos jovens a deixarem a Comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer; espera-se também identificar quais as dificuldades que a comunidade vem enfrentando quanto à sucessão na agricultura familiar. Tal trabalho busca ainda constatar

se o fato da comunidade estudada ser um reassentamento onde as famílias passaram por um processo de realocação do local onde viviam tem alguma influência na decisão dos jovens dessa comunidade em permanecer ou não no campo.

8. CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DO PROJETO (2015)						
Atividades	MÊS					
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Elaboração do projeto	X					
Levantamento e análise bibliográfica	X	X	X	X		
Coleta de dados a campo			X	X	X	
Tabulação dos dados				X	X	
Análise e interpretação dos dados					X	X
Elaboração do relatório final						X

9. ORÇAMENTO

Descrição	Qtde. (un.)	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
MATERIAL PERMANENTE			
Gravador	1	251,50	251,50
Subtotal			251,50
MATERIAL DE CONSUMO			
Cópias	75	0,15	11,25
Caneta esferográfica	2	1,50	3,00
Pendrive	1	15,00	15,00
Gasolina	35	3,39	118,50
Subtotal			147,90
RECURSOS HUMANOS			
Bolsas (6 meses)	1	555,00	3.330,00
Subtotal			3.330,00
TOTAL GERAL			3.729,40

10. REFERÊNCIAS

BRASIL; MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **ONU reforça a importância da agricultura familiar**. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL; MDA/SDT – Ministério de Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Catarinense**. Brasília, nov. 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio071.pdf>. Acesso em 24 ago. 2015.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p.312-347, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2015, 20:30.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARVALHO, D. M.; SANTOS, A. B.; SOUZA JÚNIOR, J. P.; FERRER, M. T. Perspectivas Dos Jovens Rurais: Campo Versus Cidade. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2009. Porto Alegre. **Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações**. Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CASTRO, E. G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. L. F.; RODRIGUE, M. E. B.; CARVALHO, J. G. **Os jovens estão indo embora?: Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Disponível em:<<http://www.iicabr.iica.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/jovensestaoindoembora.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.

COCA, E. L. F. Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do Território Cantuquiriguaçu, Estado de Paraná, Brasil. **Geographos**, Presidente Prudente, v. 4, n. 48, p.383-411, mar. 2013. Disponível em: < [http://web.ua.es/revista - geographos - giecryal](http://web.ua.es/revista-geographos-giecryal)>. Acesso em: 18 ago. 2015.

COELHO, E. N. S. **Juventude rural e a permanência no campo**: Um olhar sobre as perspectivas dos jovens rurais filhos de agricultores familiares do Distrito de Morrinhos no município de São Jerônimo. 2013. 67 f. TCC - Curso de Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Arroio dos Ratos, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/87488>>. Acesso em 05 set. 2015.

EHRHARDT, C. M. A. M. **A história da educação do campo nos campos de Curitibaanos**. 2012. 116 f. Dissertação - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2012. Disponível em: < <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Cristina-Maria-Agustini-Moraes-Ehrhardt.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Revista adolescência & saúde**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 25-27, jul. 2005. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167>. Acesso em: 14 out. 2015.

FRANÇA, C. G.; GROSSI, M. E. D.; MARQUES, V. P. M. A. **O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: < <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.phpcomo_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso 10 out. 2015.

FOSCHIERA, A. A.; BATISTA, L. S.; THOMAZ JUNIOR, A. Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso do MAB/TO. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 10, n. 1, p.134-146, jun. 2009. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1684/1618>. Acesso em: 20 ago. 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/_arquivos/familia_censoagro2006_65.pdf. Acesso em: 10 ago. 2015.

KERBER, M. Agricultura familiar e desenvolvimento rural: o caso da comunidade Vargem do Brasil, São Fidélis/RJ. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.367-371, out. 2007. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/7202/5284>. Acesso em 12 set. 2015.

MOVIMENTO de Mulheres Camponesas - MMC. **Nota dos Movimentos e Organizações Sociais do Campo sobre o Estatuto da Juventude**. 2013. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/103>. Acesso em: 06 set. 2015.

QUEIROZ, S. F. **Uma investigação dos impactos do PRONAF sobre as condições produtivas, econômicas e sociais dos agricultores familiares das regiões Sul e Nordeste, no período de 1996 a 2006**. 2012. 259 f. Tese - Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/2012%20Sabrina%20Queiroz.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SIDEGUM, J. D. **Saída do jovem da atividade agrícola e os reflexos deste acontecimento na agricultura familiar de Picada Café**. 2011. 59 f. TCC - Curso de Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Picada Café, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54603>. Acesso em: 03 set. 2015.

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. **Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios – município de Catalão (GO)**. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo: Blucher Ltda, 2009. p. 1 - 28. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/artigos/Silva_JM.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2015.

SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluratividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis - SC: Mulheres, 2010. p. 183-207. Disponível em: <<http://www.portalyade.mma.gov.br/biblio-morroquianos?...genero-e-geracao-em-contexto-rurais>>. Acesso em: 16 set. 2015.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos d'Água em Uberlândia-MG. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p.397-408, set/dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v23n3/v23n3a03.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2015.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p.31-36, jul. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600011&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2015.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis - SC: UFSC, 2006.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da Sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.26-29, mar. 2011.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V. Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa - RS In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2009,

Porto Alegre. **Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações.** Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

VIANA, R. M. **Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá.** 2003. 191 f. Dissertação - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/RaquelDeMattosViana.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

ZÓTIS, T. S. **Causas e Consequências da Evasão de Jovens da Comunidade Rural de São Vitor, Município de Camargo/RS.** 2011. 67 f. TCC - Curso de Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão Para O Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Camargo, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54666/000855387.pdf?sequence>>. Acesso em: 12 set. 2015.

Entrevistas:

SILVA, AMARILDO. Depoimento [nov. 2015]. Entrevistadora: Nádía da Silva. Curitiba: UFSC, 2015. Entrevista concedida para a realização do projeto de pesquisa: Juventude rural e agricultura familiar: diagnóstico da situação da juventude rural na Comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer, Curitiba SC

APÊNDICES

Apêndice 1

Roteiro de entrevista para o levantamento da história do Reassentamento Novo Amanhecer

Saber o percentual de meninos e de meninas de cada família

I) Dados sobre o entrevistado

- a) Nome:
- b) Idade:
- c) Local de nascimento:
- d) Escolaridade:
- e) Profissão:
- f) Atividades dos pais:
- g) Quantos dos seus irmãos mantém atividades no meio rural?

II) Dados anteriores ao reassentamento

- a) local e tempo de moradia anterior (desde o casamento? terras eram de quem?)
- b) Como foi informado sobre o alagamento das terras pela barragem?
- c) Como se deu início o processo de luta para conquista do direito à indenização da barragem de Machadinho?

III) Sobre o Reassentamento:

1. Quando o Sr. veio morar no Reassentamento?
2. Como esse local foi escolhido e negociado?
3. Qual era a proposta da empresa construtora?
4. Quais as principais dificuldades encontradas pelos moradores na construção e formação do Reassentamento Novo Amanhecer?
5. O Sr. considera que a indenização recebida foi adequada? E contribuiu para que a sua família continuasse na atividade?
6. Quais os principais problemas enfrentados hoje no Reassentamento? E na atividade de agricultura?
7. Quais são suas expectativas para o futuro do Reassentamento? E do seu negócio?

Apêndice 2

Questionário para os jovens

- 1) Dados sobre o entrevistado:
 - h) Nome
 - i) Idade;
 - j) Local de nascimento:
 - k) Escolaridade;
 - l) Profissão
 - m) Atividades dos pais.
 - n) Quantos dos seus irmãos mantém atividades no meio rural?

- 2) Você gosta de morar no Reassentamento Novo Amanhecer?
 - a) sim
 - b) não

- 3) Você planeja continuar morando no Reassentamento Novo Amanhecer?
 - a) sim
 - b) não

- 4) De que maneira você está se preparando para enfrentar o mercado de trabalho?
 - a) Estou fazendo curso técnico
 - b) Estou cursando ensino superior
 - c) Só terminei/estou terminando o ensino médio, vou esperar um tempo para ver o que eu realmente quero
 - d) Pretendo me especializar em algo que seja útil para dar continuidade às atividades que meus pais vêm desenvolvendo
 - e) Terminei o ensino médio e considero que não necessito de mais estudo para as atividades que irei desenvolver

- 5) Qual o principal motivo que o leva (ou levou) a pensar em sair do Reassentamento?
 - a) Busca de oportunidade profissional em emprego que não está relacionado com o meio rural
 - b) Busca de independência financeira, trabalhando assalariado mensalmente
 - c) Estudar para mais tarde retornar ao Reassentamento com mais qualificação e poder desenvolver ou melhorar as atividades praticadas pela família na propriedade rural

6) Na sua opinião qual a maior dificuldade encontrada pelos jovens que vivem no Reassentamento?

- a) Falta de opções de lazer
- b) Falta de acessibilidade a meio de comunicações (internet, celular)
- c) Falta de oportunidades de trabalho
- d) Falta de renda própria do jovem
- e) Falta de incentivo dos Familiares

f) Falta de escolas no campo e para o campo

7) Qual alternativa faria com que melhorasse a vida do jovem no Reassentamento?

- a) Condições para aquisição de terreno
- b) Cursos profissionalizantes que auxiliassem a melhorar a atividade rural
- c) Disponibilização de crédito orientado para o jovem investir na atividade rural
- d) Aceitação dos pais para as sugestões dos jovens no trabalho
- e) Remuneração por parte dos pais pelo trabalho que o jovem exerce e divisão de lucros da atividade

8) Você acredita que a agricultura familiar irá fortalecer-se e isso contribuirá para que você permaneça no Reassentamento ou retorne?

- a) sim
- b) não

9) Atualmente você gostaria de administrar a propriedade dos seus pais no Reassentamento?

- a) sim
- b) não

10) Quais suas perspectivas em relação ao seu futuro no Reassentamento?

- a) ótimas, irei continuar/voltar a trabalhar na agricultura e dar continuidade à atividade desenvolvida pelos meus pais
- b) boas, irei permanecer por mais um tempo e depois decido se continuo ou não
- c) regulares, se conseguir modificar alguns aspectos da propriedade e tornar a atividade rural viável irei permanecer
- d) ruins, não vejo um futuro promissor se continuar no sítio, pretendo sair e não voltar
- e) péssimas, pretendo sair, arrumar um emprego e quando estiver estabilizado vender o sítio e levar meus familiares comigo.

11) Caso você já tenha deixado o Reassentamento, o que você analisa sua decisão de morar e trabalhar na cidade?

- a) foi uma decisão acertada, pois tenho um bom emprego e vivo confortavelmente
- b) foi uma decisão precipitada, pois recebo remuneração salarial baixa e passo por apuros
- c) no momento está sendo uma decisão acertada, mas as dificuldades enfrentadas na cidade são muitas
- d) foi uma decisão errada, deveria ter ficado morando e trabalhando no sítio

e) Foi uma decisão provisória, assim que melhorar as condições econômicas da atividade rural pretendo voltar a residir e trabalhar no Reassentamento

12) Qual a sua forma de lazer predileto?

a) Ir em festas nas comunidades vizinhas

b) Ir em festas na cidade

c) Jogar futebol

d) Gosto de ficar em casa assistindo TV ou no computador

e) Gosto de viajar

13) Você exerce alguma função/atividade remunerada?

a) Sim

b) Não

14) Se a resposta na pergunta anterior foi “sim”, qual tipo de atividade remunerada exerce?

a) Em épocas de colheita trabalho nos Cilos da Coopercampos

b) Sou pago para cuidar do lote do vizinho

c) Limpo as casas de algumas vizinhas

d) Trabalho fazendo horas de trator para os vizinhos

e) Trabalho empregado na cidade (Mercado, comércio, banco e etc.)

15) Você auxilia seus pais nas atividades do campo?

a) Sim

b) Não

16) Caso a resposta da questão anterior for “sim”, em quais atividades você ajuda?

a) Ajudo na ordenha das vacas

b) Ajudo na hora de plantar e colher

c) Ajudo na manutenção da propriedade (roçadas, capinas)

d) Ajudo na construção de cercas

e) Ajudo a cuidar dos animais

Apêndice 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) _____ desenvolvida(o) por _____. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] por _____, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone no _____ ou e-mail _____.

Declaro que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos que, em linhas gerais são _____.

Fui informado que minha colaboração se fará de forma anônima, se assim o quiser e será por meio de [descrever o tipo de abordagem p. ex: entrevista semi-estruturada / observação / aferição / exame / coleta / análise do meu prontuário / grupo, etc.] [a ser gravada a partir da assinatura desta autorização]. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es).

Declaro que recebi uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

UFSC/Curitibanos, ____ de _____ de _____.

Nome Completo e Assinatura do(a) participante: _____

Endereço: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____